

**Projeto de Pesquisa-Extensão: Por uma Estratégia de
Intervenção Social a Partir dos Estudos Clínicos da
Sociologia da Ação Organizacional**

***Research-Intervention Project: Towards a Strategy of Social
Intervention from the Standpoint of the Sociology of
Organizational Action's Clinical Studies***

Thiago Duarte Pimentel

Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF

<http://lattes.cnpq.br/9841188234449467>

E-mail: thiago.pimentel@ufjf.edu.br

Projeto de Pesquisa-Extensão: por uma estratégia de intervenção social a partir dos estudos clínicos da sociologia da ação organizacionalⁱ

Research-Intervention Project: towards a strategy of social intervention from the standpoint of the sociology of organizational action's clinical studies

Resumo

Recentemente o Brasil tem se destacado nos *rankings* internacionais no tocante à produção de conhecimento. Todavia, os processos correlatos de sua difusão e assimilação pela sociedade ainda são precários. Considerando seu modo de produção e transferência, ancorados na matriz positivista, como um dos fatores perpetuadores desse gargalo, visa-se aqui apresentar uma alternativa viável a partir da releitura das contribuições metodológicas da Escola Francesa de Sociologia das Organizações (EFSO). Após a introdução e caracterização do panorama atual, apresento as principais características da proposta metodológica da EFSO. Sua principal contribuição é a forma de produção de conhecimento concomitante com o processo e intervenção social, via sua difusão e assimilação local durante o processo, fundado no tripé: pesquisa-restituição-intervenção. Ao final, sugiro a realização de pesquisas radicadas nessa abordagem, como forma de produzir e efetivamente transferir o conhecimento, transcendendo as limitações atuais. Adicionalmente, evidencio as limitações desta abordagem e possíveis caminhos para sua superação.

Palavras-Chave: estudo clínico; pesquisa-intervenção; escola francesa de sociologia das organizações.

Abstract

Recently Brazil has been highlighted in international rankings regarding the production of knowledge. However, the related processes of diffusion and assimilation by wider society are still precarious. The positivist way, that drives their mode of production and transference, can be viewed as one of the factors that keep this situation. So this paper aims to present a viable alternative from the EFSO's methodological contributions standpoint. After introduce and characterize the current situation, I present the main features of the EFSO's methodology. Its main contribution is the knowledge production simultaneously with its application/transference, resulting in a direct and localized social intervention. This process is founded on three pillars: research, intervention and "restitution". Finally, I suggest conducting research rooted in this approach as a way to produce and effectively transfer knowledge, transcending the current limitations. Additionally, the limitations of this approach were noticed as well the possible ways to overcome them.

Key-Words: clinical studies, research-intervention, French school of organizational sociology.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil está entrando na rota do desenvolvimento. Nesta direção têm sido efetivamente envidados muitos esforços, cujos resultados começam a sobressair-se ao longo da última década. De fato, o volume da produção científica do país aumentou (CASTRO, 2007; GOIS, 2009; BBC/BRASIL, 2010; UOL, 2010; ZAGO, 2011), bem como sua difusão e a transferência de conhecimento da academia para a sociedade, embora ainda esta última aponte um ritmo retardatário (PIRES, 2010; COASTAL, 2011. OGLOBO, s/d).

O Brasil parece ter ‘descoberto’, ou pelo menos levado a sério, recentemente o que a ciência econômica já detectou há cerca de 100 anos: que o conhecimento também é um fator de produção (aliás, relevante, diga-se de passagem). E como em toda produção, inserida num sistema econômico, seu volume e qualidade desempenham um papel ativo sobre o sistema gerador. Não é por acaso que os países entraram numa competição acelerada pela produção de conhecimento desde a II Guerra Mundial, emblematicamente ilustrada pela Guerra Fria, não só em termos de volume e qualidade, mas também em termos de difusão e impacto..

Porém, o Brasil ainda padece, assim como os demais países subdesenvolvidos, em especial os latinos americanos, dos efeitos novíços daquilo que Hagerstrand (1952; 1962ⁱⁱ apud SANTOS, 2007, p. 41-74) chamou de ondas de difusão do conhecimento. Isto é, somente uma parcela do conhecimento chega de uma ponta a outra (da produção ao uso massivo pela sociedade) do processo e, ainda sim, ela é modulada por diferentes ciclos/ritmos/temporalidades que variam e se manifestam/atrelam em relação aos espaços do epicentro da produção daquele conhecimento. Na prática, em bom português, a sociedade ainda não assimila o conhecimento produzido.

Porém, só num horizonte recente, do primeiro Governo Lula até hoje, é o que Brasil começa a dar mais atenção à gestão do conhecimento nacional, que ainda se mantém estritamente aos círculos mais elevados do CNPq, sendo paulatinamente mais rarefeita a medida que se expande para outros círculos sociais. É a partir de uma política para a gestão do conhecimento, em termos macropolíticos, que se tem delineado ações (e programas) de transferência do conhecimento produzido pelas universidades, institutos e centros de pesquisa para a sociedade, organizações públicas, privadas, sociais e indivíduos em geral. Porém, com resultados ainda modestos (PIRES, 2010; COASTAL, 2011. OGLOBO, s/d).

Evidentemente, este cenário engloba o turismo. Especificamente neste caso, as organizações privadas, frequentemente representando o *trade* turístico, bem como aquelas públicas e sociais relacionadas aos destinos turísticos, em geral, mas também aos produtores turísticos e usuários (como as cooperativas de consumo), em particular, também padecem desta falta de acesso ao conhecimento produzido.

De fato, ainda parece haver certo distanciamento (para não dizer um fosso) entre a universidade e a sociedade. Mas, por quê? Será que a universidade é ‘autocentrada’ e ‘egoísta’? Será que a sociedade, em toda sua extensão e diversidade, é uma ‘vítima’? Será que a forma como a produção do conhecimento é feita afeta sua aplicação? Que modelos de ciência têm moldado e constituído as matrizes de nossa produção científica e intelectual ao longo dos últimos anos? Décadas? Século? Como fazer para superar essa situação?

Longe de fazer uma digressão sobre a filosofia da ciência, sua história e desenvolvimento no Brasil ou mesmo, por outro lado, uma avaliação da política nacional de ciência e tecnologia neste país, este texto tem um objetivo mais humilde e um foco mais restrito: resgatar e avaliar as contribuições metodológicas de uma abordagem original, porém pouco difundida na academia brasileira de administração (PIMENTEL, 2012b), a da Escola Francesa de Sociologia das Organizações (EFSO). A partir dela se pode pensar o processo de produção, difusão e aplicação do conhecimento de maneira integrada e contextualizada. Sugere-se aqui que essa abordagem pode ser aplicada mediante a construção de uma organização mínima dos atores sociais num dado sistema – incluindo o sistema turístico –, o que Friedberg (1993) chama de construção de uma “ordem local”.

O caráter preponderantemente descritivo-analítico que assume este texto, em função de sua pretensão de introduzirⁱⁱⁱ, em detalhe, a metodologia de pesquisa-intervenção proposta pela EFSO, fundamenta-se na necessidade de trazer à tona, num primeiro momento, as características básicas dessa abordagem para discussão. O estudo clínico das organizações, com ênfase no seu aspecto duplo e simultâneo de tratar a produção do conhecimento e sua aplicação em uma dada realidade, poderá fazer emergir novas questões que ressoem em discussões aprofundadas sobre os elementos inicialmente aqui apresentados.

2 NÓS (AQUI) E ELES (LÁ): A RELAÇÃO ‘TRADICIONAL’ ENTRE ACADEMIA E SOCIEDADE

A ciência tradicional^{iv}, orientada nos últimos 150 anos pela matriz positivista (SANTOS, 2003), estabelece uma separação clara entre a produção e aplicação do conhecimento (NAGEL, 1967). O discurso do conhecimento pelo conhecimento como, um fim em si mesmo, coloca-se como uma posição ideológica hegemônica, que na verdade, tenta camuflar o interesse pragmático e instrumental desta matriz (LACOSTE, 1988). Tais interesses se manifestam sub-repticiamente, por exemplo, através da própria seleção dos temas a serem estudados, a forma de fazê-los, no processo de sua difusão e na sua utilidade e aplicação.

A própria organização interna da estrutura científica (e educacional, que no Brasil andam juntas) estabelece uma clivagem determinada por papéis, por uma estratificação de posições e por um sistema de relações que privilegia não só a divisão, mas a diferenciação e a hierarquização entre a produção, a difusão e a aplicação do conhecimento, bem como entre seus atores distribuídos ao longo da cadeia deste processo. Onde a universidade, detentora do monopólio do conhecimento 'legítimo', se coloca numa posição acima do resto da sociedade, não podendo se relacionar diretamente com esta, a fim de não se 'contaminar', de não macular o brilhantismo da análise teórica com as inconveniências das irregularidades, incertezas e contingências da realidade mundana.

A partir dessa orientação geral, de cunho positivista, a universidade coloca-se como um espaço (hierárquico) privilegiado de reprodução das relações de poder, onde a produção do conhecimento (pesquisa), sua difusão (sala de aula) e aplicação (mercado de trabalho) são estanquamente separados e apenas frouxa e mal integradamente articulados seguindo a lógica da linha de montagem (MOSE, 2009).

Isso tem consequências diretas sobre a forma como a qual a sociedade tem acesso e se beneficia do conhecimento produzido na universidade como o autocentramento, o discurso teórico descolado da realidade prática, o fechamento em relação à comunidade, o rebaixamento desta em relação à universidade (em termos de posição de *status*, de saber), o baixo interesse por temas relacionados a problemas de ordem prática cotidiana e, conseqüentemente, o pouco interesse e capacidade em intervir na realidade.

Isso não quer dizer que a sociedade esteja isenta de sua margem de culpa. A sua passividade e submissão herdadas do modelo de sociedade patriarcal (FREIRE, 2006), aliada a baixa escolaridade e capacidade de autorreflexão crítica e ao nível cultural da população, também contribuíram para obstaculizar a tomada de um

posicionamento mais proativo e assertivo em direção a sua inserção e participação efetiva na resolução dos problemas coletivos.

Em suma, o que se quer ressaltar aqui é que um dos elementos responsáveis pela relação distanciada entre universidade e comunidade é o próprio paradigma científico hegemônico, que impõe uma orientação geral ao modo de se produzir o conhecimento. Neste aspecto, passível de ser modificado pela própria comunidade acadêmica, é que quero me ater. Aquilo que a visão hegemônica determina como científico tem sido um obstáculo ao desenvolvimento de uma produção de conhecimento efetivamente aplicado e, além disso, transformador da realidade. Além de sua produção restrito ao campo de produção da universidade (não se capilarizando pelas demais organizações e instituições – ex.: empresas, institutos de pesquisa, etc.), seu caráter aplicado e transformador é apenas um objetivo secundário desta. Ou seja, a universidade, na sua concepção positivista, adota um discurso clivado, estanque e estático que defende ideologicamente um conhecimento que seja feito pelo simples ato de conhecer^v.

Diante desse contexto, quais as possibilidades de contornar a questão? Academicamente, a principal delas seria a busca por paradigmas científicos alternativos que possibilitem o exercício da ciência de uma forma menos isolada em relação ao universo social. Enquanto a defesa do paradigma realista crítico tem sido realizada pelo autor em outras ocasiões, detenho-me aqui na análise de uma abordagem teórico-metodológica convergente: a dos estudos clínicos^{vi}.

No campo organizacional, esta perspectiva teórico-metodológica tem sido mobilizada pelos membros da EFSO, em especial, Erhard Friedberg, que trata especificamente da questão, em seu célebre livro *O Poder e a Regra: dinâmicas da ação organizada*. Especificamente, em virtude das limitações impostas ao trabalho, tratarei aqui da sua orientação metodológica disponível ali, bem como alhures.

3 CONHECIMENTO E INTERVENÇÃO: A MUDANÇA DO SISTEMA SOCIAL VIA ESTUDO CLÍNICO

Segundo Friedberg (1993), sua teoria não visa desenvolver uma visão substantiva das ordens locais, nem formular leis gerais sobre suas propriedades estruturais, regras ou articulações entre seus membros. Seus conceitos não são enunciados gerais substantivos, mas estão a serviço somente de sua abordagem de pesquisa sobre o próprio terreno. Ela nos obriga a se contentar com saberes

parciais, modelos locais de interpretação que demandam constantemente estar enraizados e concretizados um campo dado com suas configurações específicas.

A aplicação empírica da abordagem da EFSO preconiza duas etapas essenciais, e em sua visão, complementares de um mesmo e único processo de pesquisa: a) a de produção do conhecimento local e situado, junto aos atores do próprio sistema social analisado; e b) a difusão e restituição desses conhecimentos produzidos para os próprios atores do sistema em questão.

Esta última seria não só como uma forma de validar esse conhecimento, através de sua aplicação e sua legitimação pelos atores implicados, mas também como meio de intervenção no sistema social e geração de mudança. Para Crozier e Friedberg (1995) a concepção de mudança é inerente a qualquer sistema humano, estando sempre em curso, mesmo sendo involuntária (não planejada) ou voluntária (planejada), devido ao fato de todos os atores implicados possuírem interesses e agirem em prol de sua consecução, o que implica a impossibilidade de um padrão mecânico e contínuo de adaptação.

Assim, apesar da produção e da restituição do conhecimento serem etapas do mesmo processo, de pesquisa e intervenção na realidade, apenas esquemática e didaticamente elas serão separadas nas próximas seções, a fim de se focalizar com maior precisão as posições subjacentes ao seu modo de racionalização bem como suas implicações.

3.1 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

a) Abordagem geral: estudo clínico

As organizações são fenômenos complexos e não obedecem a uma divisão estanque e linear. É preciso reconstruir essa complexidade evitando incorrer em falsas simplificações.

“Diante da natureza irredutivelmente contingente do fenômeno ao qual ela se interessa, a abordagem organizacional da ação social se engaja somente numa análise clínica e, sobretudo, dita igualmente e necessariamente contingente da realidade das relações que num espaço de ação particular, são travadas entre os atores concernidos.” (CROZIER; FRIEDBERG, 1995, p. 294 – tradução livre).

A importância da abordagem organizacional para o conhecimento mais apurado do terreno, e de suas configurações, implica uma postura geral do estudo clínico, onde o que interessa é compreender como a ação coletiva é estruturada localmente, isto é, “[...] identificando quais os arranjos e quais mecanismos

particulares são mobilizados para a construção, manutenção e a cooperação entre os atores empíricos situados num contexto de ação com características igualmente específicas” (CROZIER; FRIEDBERG, 1995, p. 293 – tradução livre). Esta postura implica em viagem para a interioridade dos atores. E significa a abolição, pelo menos temporária, da distância entre o analista e seu campo de análise.

Segundo Aktouf (1987, p. 29 – tradução livre), o método clínico

“Consiste em observar diretamente o objeto de estudo e o acompanhar, passo a passo, enquanto observando todas as suas mudanças, sua evolução ... [sic] Este é um método empírico onde não há nenhum tipo de intermediário entre o observador e o que ele estuda. Ele pode ser encontrado, além da medicina, na antropologia, nos estudos de caso, nas monografias, na observação participante ...”.

David (1999, p. 19 – tradução livre) acrescenta que,

“o método clínico designa, na psicologia, “uma abordagem repousa em uma entrevista aprofundada com um sujeito (indivíduo), a fim de diagnosticar a sua personalidade. [...] O método clínico é igualmente um método terapêutico” [revista Estudos Sociais n.º 80, fevereiro 1998 p. 21]. Já na administração, Girin define a abordagem clínica como “a interação estabelecida entre o pesquisador e seu campo de estudo [...] com base em um problema percebido na organização, dando origem a uma demanda de estudo. [...] A interação entre o pesquisador e seu terreno é erigida como uma ferramenta privilegiada de análise” [1981, p. 1884]. Girin considera o estudo clínico como um intermediário entre as técnicas “objetivantes” de observação, do tipo do questionário fechado e a observação participante. No estudo clínico, o pesquisador se recusa a desempenhar um papel organizacional na acepção definida pela organização e preexistente a sua intervenção.”.

De todo modo, o método clínico supõe uma intervenção direta do pesquisador na construção concreta da realidade. É o modo de intervenção que distingue o tipo de pesquisa^{vii}: se o pesquisador parte da situação atual e da representação que os atores têm dela para lhes ajudar sem outra ferramenta além dos dispositivos relacionais – grupos de trabalho, entrevistas – para construir e conduzir um processo de transformação, então, trata-se de uma pesquisa-ação e de certas formas de abordagens ditas ‘clínicas’. Aqui o foco está na construção mental da realidade. Se, por outro lado, o pesquisador intervém no terreno de pesquisa para ajudar, eventualmente propondo, ele mesmo, algumas ferramentas, então, tem-se uma pesquisa de intervenção. Aqui o foco reside na construção concreta da realidade. (DAVID, 1999).

b) Indução

A partir deste conhecimento local e contingente, o analista poderá reconstruir o jogo entre estes atores, a natureza desses modos de regulação que estruturam o

sistema de ação concreto e particular. Assim, a abordagem geral enunciada pelos autores da EFSO parte do fundamento filosófico da indução como processo pelo qual se pode gerar o conhecimento, a partir da observação de fenômenos particulares.

“A característica essencial da abordagem organizacional da ação social é de relativizar todos os determinismos e todos os mecanismos de dominação colocados de maneira abstrata. Ela se interessa aos constrangimentos específicos que as modalidades e as regras do jogo através das quais um conjunto de atores *hic et nunc* cuja cooperação estruturada fazem pesar sobre a capacidade de ação, de desenvolvimento e de mudança de cada um deles e do conjunto que eles formam”. (CROZIER; FRIEDBERG, 1995, p. 294 – tradução livre).

Como o foco desta abordagem reside nas interações dos atores em uma situação de interdependência, e somente uma análise específica pode detectar os constrangimentos inerentes a ela. Esta *rationale* busca gerar novos conhecimentos a partir da base (premissas) já existente e de sua comparação com a observação de novos casos, em contextos particulares, mas nunca exaustivos (FRIEDBERG, 1993).

Em função desta impossibilidade de “fechamento” do conhecimento, ou seja, da exaustão da observação de todas as possibilidades de existência de ocorrência de um dado fenômeno da realidade, torna-se impossível prever com exatidão o curso de uma determinada ação. A crítica a este modo de raciocínio aplica-se de forma mais flagrante nas ciências humanas e sociais, embora possa ser (como de fato foi) estendida ao domínio das próprias ciências naturais. A prioridade reside na descoberta do terreno, sua estruturação particular e contingente e na elaboração de modelos descritivos e interpretativos alusivos a este terreno.

c) Generalização

Uma vez identificada e considerada a contingência ‘radical e geral’ dos contextos de ação, Friedberg (1993) afirma, então, ser impossível a tecnicização e padronização dos problemas e suas soluções. Uma pesquisa se completará com a comparação de múltiplos estudos clínicos e monografias, cujo aprofundamento, através de sua comparação (como será visto mais adiante), pode *levar a especulações e extrapolações hipotéticas*, e eventualmente nos permitir elaborar generalizações.

Haveria assim, nesta perspectiva, dois tipos de generalização: a) aquele baseado numa teoria substantiva fundamentada, e b) aquele baseado numa teoria formal fundamentada (FRIEDBERG, 1993). Segundo o autor, o primeiro tipo refere-

se é possibilidade de generalização obtida a partir da comparação de resultados de vários estudos realizados sobre campos próximos ou sobre um mesmo problema. Este processo permite que dos conhecimentos gerados a partir de um primeiro estudo, e validados pela sua restituição aos atores do sistema (cf. seção 3.3), se extraiam hipóteses que possam ser aplicadas a novos sistemas de interação local.

Já o segundo tipo, considera que qualquer que seja o nível de análise, somente por meio de dispositivos experimentais que misturem possibilidades múltiplas de recuperar e aproximar os fatos de observação, é que se poderá fazer uma teoria fundada. Assim, “[...] esta argumentação se aplica a qualquer que seja o tipo ou a natureza de comparação, quaisquer que sejam os objetos sobre os quais ela se refere e qualquer que seja sua extensão geográfica” (FRIEDBERG, 1993, p. 305 – tradução livre).

Outra diferença importante entre esses dois modos de generalização ‘ascendente’ (de base indutiva) pauta-se na amplitude de sua generalização, pois enquanto a primeira (teoria substantiva) refere-se à transposição de ideias e conceitos, a segunda forma de generalização (teoria formal) refere-se ao nível de integração dos conceitos e formalização em uma teoria mais sistemática, onde o papel do método (e dos procedimentos de pesquisa) é crucial.

O raciocínio indutivo, empregado nesta abordagem, portanto, é comparativo e, é por meio desse processo de comparação sistemática, porém particularizada, que se defende a possibilidade de se gerar conhecimentos – conceitos e métodos – que hipoteticamente (pois precisarão ser validados novamente em novas situações de intervenção) poderão ser aplicados em novos contextos sociais.

d) Validade

Segundo Crozier e Friedberg (1995), diferente do estatuto positivista que se refere à necessidade de generalização, exaustão da observação e objetivação máxima (via redução da subjetividade e aumento da objetividade sobre o fenômeno observado), em sua abordagem os enunciados e as asserções são extraídos do estatuto da teoria. Por sua vez, esta teoria não extrai sua pertinência de uma argumentação abstrata, mas sim de sua capacidade de nutrir sua confrontação com o terreno, do interesse dos resultados de pesquisa levadas a cabo à luz dessas premissas e da problemática que elas esboçam.

Os modelos interpretativos gerados pela abordagem organizacional da ação coletiva caem sob a crítica que normalmente é feita ao método indutivo-comparativo^{viii}. Eles não são falsificáveis nem ‘provam’ nada – aos olhos da física clássica e das ciências naturais –; ao contrário, são apenas o resultado parcial e provisório que corresponde a um estado de recolha de dados, sem pretensão de exaustividade nem generalidade (FRIEDBERG, 1993).

No entanto, Crozier e Friedberg (1995) não intencionam descartar todas as contribuições inerentes ao raciocínio-indutivo comparativo por causa de suas limitações, mas sim resgatar suas contribuições e minimizar suas limitações, ao ‘reduzir’ a ambição científica de geração de um conhecimento totalmente verdadeiro, exaustivo e incorrigível. Para os autores da EFSO, não é porque não se pode extrapolar nem produzir leis gerais que não seja científico. E propõem, ao invés de perseguir a quimera da cientificidade inacessível, que seria melhor assumir seus limites e sua validade circunscrita.

Assim, eles sugerem uma ‘ciência procedural’, analogamente à racionalidade procedural (limitada) de Simon, na qual não se vise um conhecimento otimizado, mas satisfatório, limitado pelas possibilidades contextuais (CROZIER; FRIEDBERG, 1995). Nesse sentido, adicionam que o caráter mais ou menos científico da abordagem organizacional seja dado não pela reprodução de resultados, nem pela confirmação estatística, mas pelo respeito a procedimento de entrevista que deve garantir uma recolha e tratamento dos dados abertos (transparente), sistemáticos e honestos tanto quanto seja possível.

Ambos reconhecem que não se não pode garantir a exaustividade utilizando este procedimento. Isso seria impossível para a pesquisa em ciências humanas e quiçá (ou inclusive, adicionaria um realista crítico) nas ciências naturais. É preciso então uma perspectiva mais humana e realista. Mas isso não significa romper com todos os critérios e a pretensão de cientificidade. É preciso manter as regras elementares da lógica e argumentação racional que constituem a condição de existência de um discurso científico (FRIEDBERG, 1993).

e) Estratégia de pesquisa: entre a circunscrição *quali* e a tecnicização *quanti*

Em função da contingência e especificidade inerentes ao sistema, adota-se uma postura que privilegia a pesquisa qualitativa. Este preferência não é

necessariamente ligada à postura de indução, pois esta também pode ser feita com a pesquisa quantitativa, desde que suas técnicas evitem toda a padronização *a priori* que reduziria a multiplicidade e diversidade de dados e sua capacidade de representação.

À crítica que se faz ao uso das técnicas de pesquisa quantitativas, utilizadas *a priori*, se refere ao fato de que elas pressupõem algum grau de padronização que, portanto, requer um conhecimento prévio do pesquisador (e que ele ainda não possui do campo^{ix}, já que todos são contingencialmente diferentes e únicos) incompatível com a diversidade de dados e suas possibilidades múltiplas de interpretação, que só podem ser coletadas a partir do contato direto com o próprio campo de ação estruturado.

O emprego das técnicas quantitativas não pode simplesmente substituir as qualitativas, pois não captaria a diversidade, a diferenciação, e a complexidade dos detalhes das vivências dos atores e a estruturação de suas relações. A quantificação não pode tomar lugar senão após uma longa fase de exploração qualitativa, pois há uma dificuldade de se criar técnicas de medida reais que sejam adaptadas à natureza e a complexidade dos fenômenos aqui tratados. Os ganhos da utilização daquela seriam contrabalanceados pelos riscos de ‘redução’ que pode trazer ao aprofundamento da dimensão qualitativa (FRIEDBERG, 1993).

Nesse sentido a crítica se resume ao processo de padronização que tais técnicas requerem antecipadamente, o que não exclui o uso de técnicas quantitativas de pesquisa, desde que de forma combinada^x com a abordagem qualitativa, mediante a construção *bottom up* de categorias, a partir de dados coletados e interpretados, sobre o terreno. Tais categorias devem servir para visualizar a reconstrução do processo de estruturação do campo.

Para os autores, somente as relações (e sua estruturação) permite a construção de indicadores que façam a passagem para a abordagem quantitativa. Assim, é necessário ter cuidado com a ‘vontade’ de padronização desta técnica para não incorrer na incompatibilidade com a abordagem indutiva. A questão, portanto, não é cair na falsa dicotomia entre ‘quali’ e ‘quanti’, e sim escolher entre padronização *a priori* ou estudo clínico, onde este último pode empregar também, com reservas, técnicas quantitativas.

f) O papel do pesquisador

Crozier e Friedberg (1995) consideram que o papel do pesquisador se torna mais modesto aqui, mas mais difícil. Sua função é produzir conhecimento concreto sobre um dado campo de ação, com vistas a auxiliar seus atores a desenvolverem e adquirirem capacidades individuais e coletivas lhes permitindo reestruturar suas interações e jogar diferentemente o jogo de sua cooperação conflitual.

Sua atitude é, portanto, uma atitude crítica. Mas o analista, nesta abordagem organizacional, faz a crítica sem o objetivo de denunciar. “Ele a faz para compreender a articulação particular das lógicas de ação presentes (neste espaço de ação), e para analisar os constrangimentos que pesam sobre os atores e suas capacidades de ação, e as regras do jogo que essa articulação gera” (FRIEDBERG, 1993, p. 308).

O pesquisador deve reconstruir uma estrutura mais permanente, anterior as tomadas de posição dos atores que se possa observar e decodificar, uma estrutura que governa e regula a cooperação entre eles. Em outras palavras, o papel do analista não é o de denunciar, nem o de justificar, mas o de discutir o caráter mais ou menos justificado segundo o ponto de vista dos atores implicados, dessa forma analisando a mecânica interna e suas conseqüências.

Assim, segundo Friedberg (1993), o aporte do analista, nesta abordagem, se limita a:

- a) produção de um conhecimento concreto sobre as propriedades, estruturas de poder e modos de regulação do sistema de atores concernidos;
- b) a organização de um processo estruturado de comunicação dos resultados permitindo de transferir os elementos de análise rumo aos interessados e assegurar a tradução contínua de sua visão nos termos do jogo (ou jogos) entre os atores colocado em evidencia pela análise.

Em resumo, o analista aporta um conhecimento e guia o processo de intervenção, ajudando na assimilação e utilização deste conhecimento pelos próprios atores do campo concernido.

g) Método

Todas essas considerações sublinham o fato de que não há diferenças entre as interpretações produzidas pelo analista e aquelas feitas pelos próprios participantes. É apenas uma diferença de grau, que se fundamenta em uma diferença de interesse e de procedimento e de instrumentação. Por isso, para gerar

um conhecimento científico, é necessário a utilização de um método, pois a partir dele é que será possível construir uma síntese superior a partir das visões parciais. É preciso, então, separar a descrição da interpretação, o que é desejável por duas razões.

A primeira delas refere-se à dinâmica da discussão. Isso porque pode-se facilmente se por de acordo em relação aos fatos ou se a discussão deles é submetida a um princípio de validade, mas sua interpretação é mais delicada de estruturar e conduzir, na medida em que ela é sempre vivida por um número de participantes, o que faz as pessoas terem reações afetivas fortes. Além disso, a discussão pressupõe um processo de reelaboração e interpretação por parte do pesquisador.

A segunda diz respeito à vontade de integrar a restituição no mesmo processo de pesquisa, já que as próprias interpretações dos atores são ricas em ensinamentos. Contudo, é necessário separar o dado que será compilado e misturado com outros dados do processo da nova interpretação gerada após o processo de pesquisa.

A descrição é aqui, ao menos, tão importante quanto à interpretação dos fatos observados. A descrição permite colocar em evidência a definição e o peso específicos que os atores associam aos diferentes problemas. Ela sublinha a importância que esta abordagem vincula a vivência dos atores do campo. Friedberg (1993, p. 299) utiliza a metáfora da “esponja” para se referir ao analista, pois nesta fase inicial do terreno, porque deve absorver tudo. Não deve ter opinião própria pré-concebida, nem ideia, mas uma curiosidade insaciável por tudo que se passe no espaço de ação dado. O pesquisador deve tomar nota de tudo: das indicações, dos entrevistados, das justificações, racionalizações, descrições, contradições, etc. sem desqualificar nem intervir arbitrariamente contra ninguém.

A maneira das lacunas entre os entrevistados do mesmo espaço de ação, o conjunto de convergência e divergências que faz surgir um conjunto de visões parciais sobre os contextos de ação *a priori* comparáveis permite desconstruir as evidências aparentes e selecionar progressivamente um conjunto de fatos, numa significação mais ampla que uma monografia. Sobre esta base se pode erigir um modelo interpretativo que ultrapasse a contingência local para se situar num primeiro nível de generalização.

3.2 Estratégia de Intervenção

Segundo Friedberg (1993) a mudança constitui-se sempre numa aposta sobre as possibilidades de evolução e aprendizagem do sistema de atores. Uma aposta que não tem nenhuma garantia de sucesso. A possibilidade de se incorporar tecnologias no processo não o modifica em nada a sua essência – que é sempre de natureza humana e política. Tudo é uma questão de possibilidades num momento específico. Assim, “uma estratégia de mudança deve, então, inventar e articular um conjunto de ações ‘sob medida’ que consideram as características específicas dos jogos e do sistema de atores do qual se trata de transformar a estruturação” (FRIEDBERG, 1993, p. 326 – tradução livre).

Colocar em ação tal estratégia pressupõe um conhecimento aprofundado do terreno (sistema) que só pode ser obtido por meio de pesquisa qualitativa. Por isso, a estratégia de mudança deve repousar sobre uma abordagem global deste sistema e exige a mobilização do conjunto de atores interessados, a afirmação de uma liderança, que Friedberg chamará de empreendedorismo social (cf. adiante).

O modo de mudança embasado nesta perspectiva tem consequências importantes. A primeira delas é o reconhecimento da natureza comportamental da mudança organizacional. Aqui a intervenção não é algo pontual, é um processo. Há grupos que serão beneficiados e outros não (ou menos). Tudo depende das relações entre os atores, suas negociações e o modo como se forma o padrão dado pela coalizão dominante. Portanto, as escolhas não são neutras ou de ordem técnica. A questão técnica não é neutra, ao contrário, decorre de uma escolha política precedente.

A segunda é o reconhecimento da ruptura que existe entre a análise e o diagnóstico. Análise não pode possuir caráter de julgamento. Ela deve gerar critérios e meios para balizar a interpretação. Mas não são completos *a priori*, o analista carrega dose de subjetividade neles durante o processo, modificando-os, criando novos, etc. esses critérios e normas são exteriores e exógenos: podem vir da experiência do analista, de suas ideias sobre o assunto, podem vir de outras disciplinas, mas sobretudo, deve estar ligado ao terreno da pesquisa.

A terceira consequência diz respeito à recusa a todo raciocínio e toda solução *a priori*, isto é, ele deve ser feito sob medida em função precisamente dos elementos do diagnóstico intrínsecos aquela realidade analisada e não em relação as convicções do analista.

a) Formulação do problema

A estratégia de intervenção nasce da identificação e delimitação de um problema. A definição do problema é crucial para o estudo clínico, pois ela é o fio condutor que percorre desde o processo de produção do conhecimento (pesquisa) até a sua restituição, na forma de intervenção.

O problema deve ser uma situação enfrentada com dificuldades pelos atores do sistema. Mas como suas percepções e interesses não são homogêneos, a percepção do problema deve ser, pelo menos, sustentada pela coalizão dominante que impõe o padrão das regras do jogo. Contudo, a sua delimitação enquanto questão de pesquisa deve transcender a percepção dos atores do sistema, sendo feita pelo pesquisador, a partir de um conjunto de procedimentos e técnicas relativas à pesquisa científica.

Embora o pesquisador tenha então a habilidade e função de “recortar” o problema e delimitá-lo adequadamente para, em seguida, lançar mão dos métodos científicos adequados; é necessário, em contrapartida, que algum ator do próprio sistema exerça o papel de promotor da mudança. Ou seja, ela deve ser desejada e perseguida, efetivamente, por alguma figura que represente o sistema, pois caso contrário (se ela for promovida apenas pelo pesquisador que é um agente externo) dificilmente haverá aderência dos membros para que ela se torne efetiva, tornando-se, geralmente, apenas momentânea.

Mas esse projeto e esta participação não se ordenam e não surgem espontaneamente. Eles devem ser construídos e organizados como “[...] produtos de uma mobilização do sistema, ao menos gerados e estruturados por uma tomada de iniciativa, pelos empreendedores sociais. Este é, em definitivo, o paradoxo da mudança dirigida, sobretudo, quando ela é do tipo participativo” (FRIEDBERG, 1993, p. 335).

b) A necessidade de liderança (ou da figura do empreendedor social)

O projeto de mudança precisa de uma liderança, de um projeto, de uma definição do problema (que levará ao projeto), e de participação. A necessidade de uma liderança – aqui atribuída ao empreendedor social – decorre do fato não natural da mudança. Na visão de Friedberg (1993) há uma inércia estrutural nas organizações. Ela se nutre da ambiguidade, da experiência passada, e da coalizão

dominante que geralmente tem interesse na manutenção do sistema, e se apoia sobre situações de poder que lhe permitem coerência. Para mudar esta situação “[...] é preciso então criar uma dinâmica que permita uma visão alternativa emergir, tomar forma e se impor. (FRIEDBERG, 1993, p. 336-337)”.

É por isso que o processo de mudança, planejada ou não, precisa de um empreendedor social. Ele prolonga as modificações da situação e tematiza as disfuncionalidades que se pode observar, sendo o porta voz da necessidade de mudança no interior da organização. Mas seu papel não termina nas decisões iniciais. Na medida em que a mudança rompe com as práticas antigas e seus equilíbrios de poder correspondentes, é sempre uma ocasião de crise para os atores do sistema humano que visa ser modificado.

Seu papel requer que ele reestruture os constrangimentos e as oportunidades com as quais os interessados devem lidar e compor suas ações; e colocar em questão os pontos de reparo que são forjados, suas competências e os enquadramentos de racionalidade.

O empreendedor possui dupla função: a de operar o diagnóstico e a de gerir e animar o processo de mudança. Estas funções não podem ser completamente desenvolvidas por um único indivíduo. Ele pode delegar funções. Mas a tomada de iniciativa e responsabilidade no lançamento do processo de mudança sem o engajamento do responsável do sistema humano é impensável.

Longe de ser contraditório, a tomada de iniciativa e a liderança são condições fundamentais para a abordagem participativa. São dois elementos complementares, que Friedberg qualifica como impulsão inicial. (FRIEDBERG, 1993, p. 335).

c) Projeto (de intervenção)

A pesquisa num sistema social se inicia com um projeto, que além das questões tradicionais de pesquisa, traça também considerações sobre a mudança (ou as implicações para a mudança) naquele sistema. O projeto e as orientações para mudança devem ser ajustados às características do sistema de atores.

A tomada de iniciativa e a liderança desembocam em uma abordagem de mudança que coloca em questão a funcionamento de grupos de projeto, capazes de reter a experiência, o saber fazer, as competências, as proposições, as ideias, em suma as contribuições dos atores interessados na mudança. Como características gerais da natureza da mudança projetada, podem-se citar:

- a) O caráter instrumental da participação^{xi} – ela não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar a mudança, novo estado das coisas. Não se serve para a expressão de interesse, menos ainda a sua representação igualitária. É um dispositivo de trabalho temporário. Ela é enquadrada num dispositivo que define a duração do processo.
- b) Papel que desempenha o enquadramento da estrutura intermediário e operacional – nenhum projeto de reorganização pode passar sem uma sustentação ativa dos membros do *staff*. Aqui deve-se considerar os poderes dos “pequenos chefes” (autoritários, rígidos e burocratas), que possuem margem de manobra na gestão dos recursos. Como há certa margem de manobra em cada nível, que aliás é um recurso muito importante, é necessário fazer a média gerencia “comprar a ideia” e apoiar a mudança. Isso porque as pessoas não aceitam se engajar somente em meio a certas garantias e somente se elas possuem o sentimento de que vale a pena.
- c) Clareza e transparência do processo de mudança – é preciso passar do informal para o formal o mais cedo possível. Isso ajuda a evitar a ambiguidade da zona de incerteza, e significa cristalizar o relato de força. Isso não significa excluir a negociação. A condução de todo o processo pode ser percebida como uma sequência de negociações implícitas que em cada fase se tornam explícitas (e que novamente demandam negociações implícitas) e assim por diante.

Conduzir o processo de mudança é conduzir os membros do próprio sistema a fazer uma auto-aprendizagem coletiva. Fora uma orientação geral e alguns princípios mais ou menos estabelecidos, o conteúdo do projeto de mudança permanece aberto e deverá ser precisado, concretizado, num processo de elaboração que não é nada sem a participação ativa dos interessados. Sua condução leva a múltiplos processos de aprendizagem pelos quais se põe em ação novos *frameworks* de ação, se operando tanto na mobilização dos atores quanto na aquisição das capacidades coletivas. Mas, como se fundamenta essa intervenção?

3.3 RESTITUIÇÃO DO CONHECIMENTO

“A ‘restituição’ dos resultados de uma análise deve, portanto, ser compreendida como a organização de um processo que permite ‘transferir’ para os ‘usuários’ os

elementos de uma análise e seu raciocínio subjacente”. (FRIEDBERG, 1995, p. 364).

Há um duplo processo de comunicação dos resultados, ao final de cada fase (ex.: realização de entrevistas), e ao final da pesquisa como um todo, onde se tem uma visão geral e completa do problema bem como seu diagnóstico. A comunicação e discussão dos fatos, colocados em evidencia ao longo de várias reuniões, e ao longo do curso de entrevistas posteriores com os diferentes membros da equipe dirigente (seja individualmente seja em pequenos grupos), fornece o princípio de realidade permitindo renovar a percepção dos problemas e a estruturar um processo de diagnóstico.

Esse duplo processo permite que o produto final (conhecimento do sistema concreto) seja assimilado e incorporado gradativamente pelos próprios atores implicados no sistema, tornando-os coparticipes efetivos e contribuindo assim, para a aprendizagem coletiva.

Segundo Friedberg (1995), há pelo menos três fatores que conferem coerência, validade, legitimidade e especificidade a esta análise, inclusive devido ao processo de comunicação (já que este é etapa importante para a consolidação do conhecimento gerado), conforme os requisitos do conhecimento científico, tornando-a uma análise própria que só pode ser alcançada pela interação de vários dados, informações e conhecimentos parcelares do sistema em questão, sendo, portanto, um produto emergente desta interação mediada pelo pesquisador.

A legitimidade desta análise repousa sobre a escuta e colocação em forma de um conjunto de testemunhos de atores que ordinariamente não tinham acesso ao processo de decisão e cujas opiniões atravessavam as clivagens da divisão superior (hierárquica).

A segunda razão do caráter factual desta análise é que ela é tomada, deliberadamente, certa distância em relação aos relatos em voga no sistema (diagnósticos do senso comum). Descobrir sobre o terreno significa encontrar boas razões para que as pessoas ajam de um jeito. Por seu turno, a terceira razão é a capacidade de fornecer uma visão conjunta das linhas de força que estruturava o funcionamento da produção, integrando os mais diversos dados.

Assim, pelo conjunto das observações realizadas e pela estrutura de interpretação emergente que é extraída daquelas, é possível dizer que as ultrapassa as visões parciais, de um lado, e gera uma visão global que põe acento sobre as

relações entre diferentes seções e fatos; e, de outro, a análise força assim a se despersonalizar e a complexificar os raciocínios integrando-os as múltiplas retroações tornando-a um produto próprio, em si mesmo, e independente.

a) Organizar processo de ‘devolução do conhecimento’

Como gerar a justaposição das estruturas intermediárias? Como evitar a não cooperação, dada pela reaparição de clivagens tradicionais? Segundo a visão da EFSO, através de diagnóstico aprofundado do funcionamento do sistema é possível produzir seu próprio conhecimento do terreno a partir de análises organizacionais de diferentes setores. Por exemplo, por meio da realização de pequenas enquetes sociológicas, de entrevistas, em profundidade, de documentos escritos, etc.

O uso desses conhecimentos como suporte para a regulação na discussão entre os grupos permite recobrar a ordem de argumentações, guiar a reflexão. Assim, insere-se um realismo introduzido no terreno, que permite soluções originais. Além disso, atesta a aprendizagem profunda. Segundo os autores, é provavelmente neste tipo de aprendizagem que reside o benefício mais durável do trabalho do grupo de projeto.

Para que o processo de pesquisa seja efetivo e, portanto, gere um conhecimento válido, é preciso reportar esse conhecimento gerado ao sistema analisado, já que este é um dos critérios de validade adotados por esta perspectiva de pesquisa. Assim, a fase de comunicação ou restituição dos resultados é também uma fase do estudo clínico.

Mas, esse processo de restituição não pode ocorrer de qualquer maneira, para que ele seja efetivo e traga à tona uma nova concepção do problema e também uma nova forma de lidar, coletivamente, com ele e, que, portanto, tenha aderência e adesão dos atores implicados é necessário que ele seja feito de forma organizada. Neste ponto, entre em cena, novamente, o papel do pesquisador, cujo foco será o de mediar este processo, despersonalizando (em relação aos seus informantes ou demais fontes) as visões opiniões e informações coletadas a fim de, compará-las com outras, também ‘despersonalizadas’, produzindo então uma nova visão.

Esse processo de mediação e despersonalização é necessário para que as pessoas do sistema em questão não sejam vinculadas, individualmente, nem fiquem apegadas ao problema ou à sua solução, criando assim a possibilidade de conflitos e focos de resistência, emocionalmente orientados (baseados na afetividade), e

impedindo assim a emergência de um produto coletivo que possa ser assimilado e endossado por todos.

Neste ponto não há uma sequência única, mas o pesquisador deve assumir a posição de centralizador e mediador do diagnóstico e criar as condições específicas, por exemplo, técnicas, reuniões, espaços ocasiões, apropriados para a restituição dos resultados junto ao sistema analisado.

4 REFLEXÕES PRELIMINARES

Uma vez resgatadas e analisadas a abordagem metodológica da escola francesa de sociologia das organizações, pode-se concluir que sua proposta parece ser adequada para operacionalizar e assegurar a difusão e assimilação da transferência de conhecimento, uma vez que sua produção ocorre junto, em termos de proximidade temporal e espacial, do uso que se faz dele, o que contribui então para diminuir os obstáculos que se situam entre esses dois polos do *continuum*.

Mais do que um modelo teórico, esta abordagem organizacional da EFSO é um método de produção de conhecimento. De um lado, há consequências práticas sobre o saber fazer do pesquisador seus métodos de pesquisa e recolha de dados. A abordagem aqui apresentada não abre mão da produção de um conhecimento científico fundamentado. Ela busca transcender a atual limitação imposta pela separação cartesiana da filosofia positivista, entre produção e aplicação do conhecimento, através de uma proposta que trabalhe de forma integral essas duas faces do processo.

Por outro lado, pode-se inferir a eficácia de restituição como instrumento de um processo de diagnóstico e de ação. A restituição nos obriga a refazer os raciocínios e a rever e elevar as relações de causalidade para um novo patamar, melhorando e aprofundando a análise (quase refazendo-a). Neste momento então pode-se induzir os interessados a uma aprendizagem do sistema, e com ela, a capacidade de problematizar as características profundas e a aceitar o caráter complexo, ou seja, a coexistência de multiplicidade de racionalidades limitadas em seu seio.

E é por meio desse método que une pesquisa e (o que hoje é tido como) extensão, que o pesquisador pode elaborar seus projetos mantendo seu afincamento e elaboração de um conhecimento científico rigoroso, mas, ao mesmo tempo, produzindo um conhecimento que seja também aplicável e que seja efetivamente

compartilhado com os sujeitos de pesquisa e ajude a promover melhorias nos sistemas sociais estudados. É aqui que o método proposto se alia à gestão social, já que esta tem como foco a transformação dos sistemas sociais rumo ao desenvolvimento humano.

Se, a partir de um olhar do paradigma tradicional positivista, o preço a ser pago pelo uso desta abordagem é a produção de um conhecimento limitado e contextualizado, cuja transposição para outros contextos torna-se sempre mais cuidadosa e talvez difícil de ser realizada; mas, se esta abordagem nos permite superar algumas limitações do processo de transferência do conhecimento, porque não reter essa característica e trabalhar, numa nova rodada, no sentido de superar essa limitação do caráter localizado e contexto do conhecimento produzido? É nesse sentido que proponho uma releitura da abordagem teórico-metodológica da EFSO a partir do realismo crítico. Mas, essa já é uma discussão para ser oportunamente retomada numa nova ocasião...

REFERENCIAS

AKTOUF, O. *Méthodologie des sciences sociales et approche qualitative des organisations: une introduction à la démarche classique et une critique*. Montréal: Les Presses de l'Université du Québec, 1987, 213 pp.

BBC/BRASIL. *Produção científica do Brasil ultrapassa a da Rússia, indica levantamento*. Caderno Ciência. Atualizado em 27 de janeiro, 2010 - 09:12 (Brasília). Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2010/01/100127_brasil_russia_ciencia_rw.shtml>. Acesso: 15 fevereiro 2012.

CASTRO, F. de. *Produção científica brasileira é a 15ª no mundo*. Agência FAPESP - 11/07/2007. Disponível em: <<http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=010175070711>> . Acesso: 15 fevereiro 2012.

COSTAL. I. *Descompasso entre produção científica brasileira e registro de patentes ainda é grande*. [atualizado em 17 de agosto de 2011 às 23:49.]. Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/ultimas/descompasso-nacional/>>. Acesso: 15 fevereiro 2012.

DAVID, A. Logique, épistémologie et méthodologie en sciences de gestion. Université Paris-Dauphine. (DMSP, LAMSADE). Ecole des Mines de Paris (CGS). Conférence de l'AIMS, 1999, p.1-23.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006. 727 p.

FRIEDBERG, E. L'approche organisationnelle comme outil: les implications pour la recherche et pour l'action. pp.288-384. In: FRIEDBERG, E. *Le Pouvoir et la Règle: dynamiques de l'action organisée*. Paris: Editions du Seuil, 1993. 405p.

GOIS, A. *Produção científica cresce 56% no Brasil*. FOLHA.COM. 06/05/2009 - 08h07. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u561181.shtml>>. Acesso: 15 fevereiro 2012.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed., 1a. reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2006. 260 p.

KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago, 1962. 172p.

LACOSTE, Y. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. (Tradução Maria Cecília França). (14ª Ed. 2008). Campinas (SP): Papyrus, 1988.

MALDONADO, J. A. S. Aplicación del Modelo de Análisis Estratégico de Michel Crozier Y Erhard Friedberg a una Organización de Educación Superior (OES). *Revista de Investigación Administración Contemporánea*. vol. 2, n. 10, enero de 2009. Facultad de Contaduría y Administración. Universidad Autónoma de Campeche. Disponível em: <<http://www.colpamex.org/Revista/Art10/Art10.htm>>. Acesso em: 13 fevereiro 2012.

MOSÉ, V. *Educação*. CPFL cultura. Palestra de Viviane Mosé no programa Café Filosófico CPFL gravada no dia 4 de setembro, em Campinas. Publicado em: 22/10/2009 às 19:45:17. Disponível em: <<http://www.cpficultura.com.br/site/2009/12/01/integra-desafios-contemporaneos-a-educacao-viviane-mose/>>. Acesso: 15 fevereiro 2012.

NAGEL, E. *Filosofia da ciência*. São Paulo: 1967. 258p.

O GLOBO. *Aumento da produção científica brasileira não se reflete em maior número de patentes, diz estudo*. S/D. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/ciencia/aumento-da-producao-cientifica-brasileira-nao-se-reflete-em-maior-numero-de-patentes-diz-estudo-2771681>>. Acesso: 15 fevereiro 2012.

PIMENTEL, T. D. *Espaço, Identidade e Poder*: esboço de uma teoria morfostática e morfogenética para sociologia das organizações. (no prelo).

_____. *Teoria das Subjetividades Coletivas e Ação Coletiva Organizada*: explorando uma base de fundamentação realista crítica para a teoria das organizações. (no prelo).

PIRES, M. T. *Produção científica acelera, mas inovação patina no Brasil*. Caderno Ciência. Raio-X. 14/11/2010 - 16:31. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/brasil-gasta-com-ciencia-mas-nao-inova>>. Acesso: 15 fevereiro 2012.

SANTOS, B. de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 4. Ed. São Paulo: Editora Graal, 2003. 176 p.

SANTOS, M. Difusão de Inovações ou Estratégia de Vendas? In: _____. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. pp.41-74. (Coleção Milton Santos).

UOL. Da Agência Brasil. *Unesco mostra que produção científica brasileira cresceu menos que a economia*. 10/11/2010 - 20h39. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultimas-noticias/2010/11/10/unesco>>

[mostra-que-producao-cientifica-brasileira-cresceu-menos-que-a-economia.jhtm](#) >.

Acesso: 15 fevereiro 2012.

ZAGO, M. A. *Perfil da Produção Científica Brasileira*. USP, FAPESP – Junho 2011. Disponível em: <http://www.fapesp.br/eventos/2011/06/Marco_Antonio.pdf>. Acesso: 15 fevereiro 2012.

ⁱ Este texto foi originalmente elaborado, na forma de palestra, para abertura da mesa redonda do seminário “A produção do conhecimento em turismo e a sua socialização na comunidade: perspectivas e riscos para políticas públicas, gestão e desenvolvimento turístico no Brasil”. Evento situado no âmbito da jornada de estudos sobre turismo, promovido pelo departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 01 de março de 2012, que contou com a presença do, também palestrante, prof. Dr. Edegar Luis Tomazzoni (EACH/USP), e do prof. Dr. Magnus Luiz Emmendoerfer (DAD/UFV), como mediador. Optou-se por manter o estilo e a linguagem do texto próximos a sua versão original, revisando-o apenas ortográfica e gramaticalmente. Agradeço a todos os presentes naquela ocasião, em particular aos professores Edegar e Magnus, cujos comentários, observações e sugestões permitiram-me a revisão do material.

ⁱⁱ HAGERSTRAND, T. Aspects of Spatial Structure of Social Communications and the Diffusion of Innovations. *PPRSA* 16, pp.27-42, 1952.

ⁱⁱⁱ _____ . *The Propagation of Innovation Waves*. 1962 (Lund Studies in Geography, ser. B, 13).

ⁱⁱⁱ Em uma minipesquisa rápida, apenas a título de ilustração, sobre a difusão e impacto dessa abordagem no Brasil, detectou-se curiosamente que dentre os milhares de artigos publicados anualmente nos anais do Enanpad (Encontro Nacional de dos Programas de Pós-Graduação em Administração) nenhum artigo explicitamente tratava desta abordagem, nem remetia aos seus autores chave. Cumpre mencionar a ausência de buscadores específicos no site da Anapd, o que demanda uma pesquisa mais detalhada para confirmar esta observação inicial. Mas, além disso, no banco de teses da CAPES, uma nova busca apresentou apenas 13 resultados citando o autor “Crozier”; 05 mencionam “Friedberg” e 04 citam “Crozier e Friedberg”, dentre as milhares de teses disponíveis, em todas as áreas do conhecimento, neste repositório. Ressalta-se que nenhuma deles é dedicada especificamente a obra dos autores, apenas os citam dentre outros no seu corpo de texto e/ou referências. Fonte: Banco de Teses e Dissertações Capes. Disponível em; <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso: 08 fev12.

^{iv} Utilizo aqui o termo no sentido estabelecido por Thomas Kuhn. KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed., 1a. reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2006. 260 p. (Edição original 1962).

^v Como uma das características do positivismo é a sua ausência de preocupação em relação a transformação social, já que seu pressuposto parte de uma ‘naturalidade’ do estado de ordem do sistema, seu foco, então, recai, no tocante à produção do conhecimento e sua relação com a realidade social, sobre a descrição dessa realidade. Contudo, como o termo “positivismo” remete a uma ampla constelação de vertentes e ramificações, desenvolvidas nas mais diversas direções a partir de seus traços centrais.

^{vi} Apesar de sua crítica ao positivismo a partir da derivação de uma perspectiva anti-realista, interpretativista e influenciada em seus traços subjacentes pós-modernos, eu defendo alhures que essa o foco dessa abordagem é sua crítica ao positivismo e a tentativa de propor uma alternativa, cuja influência pós-moderna se deu em função do espírito da época em que foi desenvolvida, mas que uma mais proveitosa utilização desta concepção da EFSO seria realizada a partir de sua releitura à luz do realismo crítico, cf. Pimentel (2012a; 2012b, no prelo).

^{vii} “Os termos pesquisa-intervenção [Hatchuel e Molet, 1983 e 1986; Moisdon, 1984; Hatchuel, 1994], a pesquisa-ação de [Lewin e Liu, 1997], pesquisa-ação de diagnóstico [Koenig, 1997], pesquisa de engenharia (“engenheirística” [recherche ingénieurique]) [Chanal, Lesca e Martinet, 1997], e estudos clínicos [Girin, 1981] também são, muitas vezes, confundidos e usados de forma intercambiável entre si; e, em outras ocasiões, com um sentido ligeiramente diferente daquele inicial, ara se referir a **qualquer pesquisa na qual há intervenção direta do pesquisador na construção concreta da realidade**” (DAVID, 1999, p.18-19, destaque no original, tradução livre).

^{viii} Devido à forte ênfase na pesquisa na *rationale* indutiva e no seu correspondente desdobramento na forma de pesquisa qualitativa (o que não é a única possibilidade, como será visto mais adiante), às críticas que recaem ao arcabouço teórico-metodológico forjado por Michel Crozier e Erhard Friedberg

residem, acima de tudo, nas suas premissas indutivo-qualitativas, e as conseqüentes críticas a essa forma de produção e conhecimento, em geral.

^{ix} Como bem demonstra Desrosières (1989^x apud FRIEDBERG, 1993) a crítica à pesquisa quantitativa é devido a sua desterritorialização do mundo social, ao crer ser possível padronizar tudo, o que vai frontalmente contra as premissas e proposições da abordagem teórico-metodológica dos estudos clínicos de Crozier e Friedberg.

^x Após a coleta e compilação de sua diversidade, produzir algum tipo de sistematização e categorias de tais dados, o que pode ocorrer pelo uso de técnicas quantitativas, por exemplo, poderia dar lugar à elaboração de indicadores, não universais, mas referenciados no próprio sistema em questão.

^{xi} Aqui deve-se sublinhar a tensão existente entre a lógica de participação para mobilizar competências e aquela de representação (igualitária) dos membros da organização. Não significa que ambas sejam mutuamente excludentes, mas que não se pode ignorar a tensão entre elas suas diferenças e implicações. A legitimidade da 1ª está na eleição, a da 2ª na seleção e delegação hierárquica.